

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE
FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXXX - UF**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da C.I n.º XXX.XXX SSP/UF e CPF. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada na ENDEREÇO, CEP nº XXXXX-XXX, TEL. XXXX.XXXX, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** propor a presente

DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, demais dados desconhecidos, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

I- DO MATRIMÔNIO

Os cônjuges casaram-se aos XX/XX/XXXX, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme cópia da certidão de casamento anexa, encontrando-se separados de fato há X anos, sem possibilidade de reconciliação.

Calha asseverar que o último contato que a autora manteve com o réu, foi por telefone no ano de ANO, no aniversário da filha do casal. Dessa forma, desconhece o local onde possa ser encontrado.

II- DOS FILHOS

Da união do casal adveio uma filha: FILHO DE TAL, menor impúbere, nascida em XX.XX.XXXX, conforme Certidão de nascimento em anexo, que se encontra sob a guarda da mãe desde a separação de fato, e assim permanecerá.

Os alimentos serão discutidos em ação autônoma, se for o caso.

III - DOS BENS

Inexistem bens a serem partilhados.

IV - DOS ALIMENTOS AOS CÔNJUGES

A requerente dispensa alimentos para si por possuir meios próprios para se manter.

V - DO NOME DA MULHER

A autora, após a sentença que decretar o divórcio do casal, pretende voltar a usar o seu nome de solteira, ou seja, FULANO DE TAL.

VI - DOS PEDIDOS

Isto posto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser economicamente hipossuficiente nos termos da Lei n.º: 1.060/50;
- b) a intimação do Ministério Público, para atuar no feito na forma da lei;
- c) a citação por edital do requerido para querendo apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) a procedência do pedido decretando-se, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de Registro Civil, para fins de averbação, encaminhando-o, com observância dos termos expostos no item V.
- e) que seja o requerido condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do programa de Assistência Judiciária – PROJUR (art.5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2131, de 12/11/1998), a serem recolhidos junto ao Banco XXXXX, através de DAR (Documento

de Arrecadação) com o código XXX – Honorários de Advogados – PROJUR.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admissível, em especial documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXX, DIA de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

Autora

DEFENSOR PÚBLICO

ROL DE TESTEMUNHAS:

Nome: FULANO DE TAL

Endereço: CEP:

Telefone

Nome: FULANO DE TAL

Endereço: CEP:

Telefone

Nome: FULANO DE TAL

Endereço: CEP:

Telefone